

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: DIREITO
Ano: 2016
Período: 9º
Disciplina: Processo Constitucional II

Aulas Teóricas: 72h
Aulas Práticas: 0h
Carga Horária: 72h
Docente:

EMENTA DA DISCIPLINA

Ação Civil Pública. Ação Popular. Habeas Data. Habeas Corpus. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Outros Instrumentos Constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Instrumentos constitucionais de controle da constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Avaliação da disciplina.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA NO CURSO

Objetivos Gerais: Oferecer ao acadêmico um aprimoramento no estudo dos institutos processuais constitucionais, oportunizando a ele o entendimento global desses institutos e das suas formas de utilização no sentido de fazer valer a aplicação dos direitos fundamentais assegurados na Constituição.

Objetivos Específicos:

- Propiciar ao aluno os conhecimentos relacionados aos principais institutos do Direito Processual Constitucional;
- Possibilitar a compreensão dos conceitos fundamentais, ressaltando a importância da Constituição e da jurisprudência;
- Desenvolver conhecimentos sobre os conteúdos atuais de Direito Processual Constitucional e sua aplicabilidade;
- Examinar as principais mudanças legislativas relacionadas à ementa;
- Estudar e aprofundar os principais institutos do Direito Processual Constitucional, com exposições didáticas da matéria, de modo a fixar o conhecimento.

TEMAS DE ESTUDO

I - APRESENTAÇÃO

1. Apresentação pessoal e inicial da ementa da disciplina.
2. Ponderações acerca dos objetivos gerais e específicos.
3. Inserção da matéria no contexto interdisciplinar e das exigências pessoais no tocante ao comportamento esperado.
4. Apresentação do conteúdo programático e das flexibilizações possíveis.
5. Da estratégia de ensino.
6. Das avaliações.
7. Da bibliografia e dicas de estudo.

PROCESSO CONSTITUCIONAL – CARÁTER CONCEITUAL.

I. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CONSTITUCIONAL:

- Distinção entre princípios e regras;
- Princípios e direitos fundamentais;
- Devido processo legal.

II. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

- Princípios do processo coletivo;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;
- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

III. AÇÃO POPULAR:

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;
- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

IV. HABEAS DATA:

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;
- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

V. HABEAS CORPUS:

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;
- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

VI. MANDADO DE INJUNÇÃO:

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;
- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

VII. MANDADO DE SEGURANÇA:

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;

- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

VIII. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Condição específica da ação;
- Objeto;
- Competência;
- Partes;
- Decisão.

IX. INSTRUMENTOS CONSTITUCIONAIS DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

X. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

X.I. CONCEITO

X.II. HISTÓRICO

X.III. PRESSUPOSTOS

X.IV. NATUREZA DO ATO INCONSTITUCIONAL E DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

X.V. TIPOLOGIA DA INCONSTITUCIONALIDADE

X.VI. ESPÉCIES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

X.VII. MODALIDADES DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

X.VIII. SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

XI. INSTRUMENTOS CONSTITUCIONAIS DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

XI.I. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

XI.II. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

XI.III. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA

XI.IV. AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

XI.V. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

XI.VI. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

XII. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO PLANO ESTADUAL

FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada mediante realização de uma prova específica sobre a matéria ministrada por bimestre com peso total 4,0, uma avaliação interdisciplinar por bimestre com peso total 3,0, trabalhos diversos sobre temas controvertidos da disciplina com peso total 3,0, totalizando nota 10,0.

METODOLOGIA

As aulas serão expositivas e dialogadas, utilizando-se com freqüência dos seguintes recursos: pesquisa dirigida, estudo de casos, eventuais trabalhos em grupo ou individual, exercícios e análises de textos e casos práticos, leitura e debates sobre fundamentação teórica, prova escrita, pesquisa em biblioteca, seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. Constituição da República Federativa do Brasil: Anotada / 5ªed. São Paulo,SP: Saraiva , 2003. 1155 p.

MEDINA, José Miguel Garcia. Constituição federal comentada. 3ªed. rev. ampl. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 910 p.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais. 2ªed. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2013. 462 p.

DINIZ, Marcio Augusto de Vasconcelos. Controle de Constitucionalidade e Teoria da Recepção. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 1995. 72 p.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo Constitucional e Direitos Fundamentais. 6ªed. São Paulo, SP: Celso Bastos, 2003. 174 p.

MANDELLI JUNIOR, Roberto Mendes. Arguição de descumprimento de preceito fundamental: Instrumento de proteção dos direitos fundamentais e da constituição. São Paulo,SP: Ed.Revista dos tribunais, 2003. 207 p.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito Processual Constitucional. 5ªed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 553 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública: Em defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural e dos Consumidores. 8ªed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2002. 447 p.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Ação Civil Pública: Competência e Efeitos da Coisa Julgada. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2003. 239 p.

MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade: Estudos de direito constitucional. 2ªed. rev. São Paulo,SP: Celso Bastos, 1999. 518 p.

MIRANDA, Pontes de. História e Prática do Habeas Corpus: Direito Constitucional e Processual Comparado. Campinas, SP: Bookseller, 1999. 476 p.

LUNARDI, Soraya. Teoria do Processo Constitucional: Análise de sua autonomia, natureza e elementos. São Paulo: Atlas, 2013.

Telêmaco Borba, 05 de fevereiro de 2016.

Gilmara Aparecida Rosas Takassi
Coordenadora